

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Chumbo grosso

O envolvimento de fintechs no esquema de lavagem de dinheiro identificado pela operação Carbono Oculto era o motivo que faltava para o ministro da Fazenda avançar no enquadramento dessas instituições. A decisão de estabelecer as mesmas obrigações adotadas por bancos é mais um passo nesse sentido. A ofensiva deve continuar no Congresso Nacional, onde o governo busca aprovar os termos definidos pela MP 1.303/2025.

Necessidade maior

A medida provisória, publicada em junho, dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais. Entidades representantes das fintechs protestam contra a proposta, pois entendem que a taxaação cria obstáculos à bancarização e à democratização ao acesso a serviços financeiros. O esquema bilionário relevado pela força-tarefa de ontem mostra que a necessidade de asfixiar o crime organizado colocará o debate em outro patamar.

Na frente

Após engolir uma amarga derrota na presidência e na relatoria da CPMI do INSS, governistas estavam satisfeitos ontem, primeiro dia de oitivas. Eles consideraram que o depoimento da defensora pública federal Patrícia Chaves reforçou a estratégia de mostrar que a fraude começou em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro.

Efeito reverso

Na ótica governista, a forma grosseira como parlamentares de oposição trataram a defensora pública prejudicou mais os detratores do que a testemunha.

Quero números

O presidente da CPMI, Carlos Viana (Podemos-MG), criticou a falta de dados técnicos e datas precisas por parte da defensoria pública. Em determinado momento, chegou a pedir aos demais órgãos para enviar representantes mais bem informados. A defensora Patrícia Chaves não se fez de rogada: disse que dados de controle estão a cargo de órgãos como a Controladoria-Geral da União. E que a CPMI poderia chamar outros servidores da Defensoria Pública.

Operação reforça PEC da Segurança

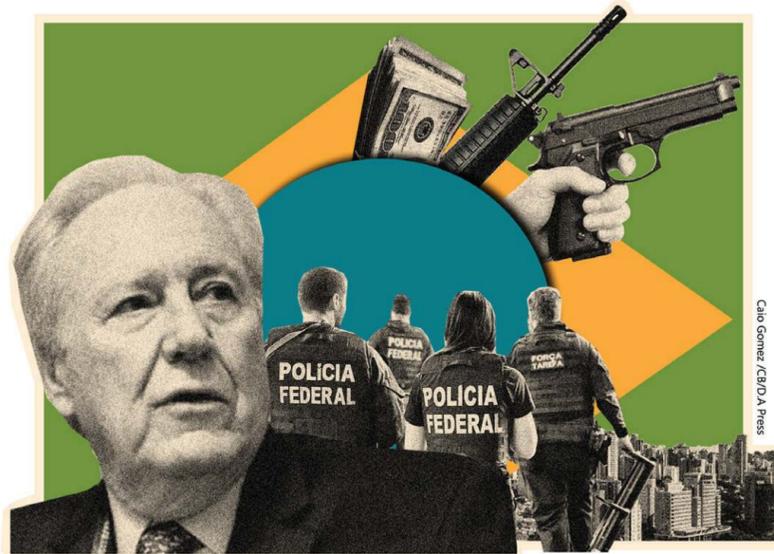
A expressão é antiga, mas verdadeira. A maior operação já realizada contra o crime organizado no Brasil é uma prova eloquente de que a união faz a força. A cooperação entre as diferentes instâncias do poder público e a ação coordenada das forças de segurança resultaram em um ataque impressionante contra uma facção criminosa que está infiltrada em uma gama de setores econômicos.

O sucesso da operação Carbono Oculto e de outras ações policiais contam ponto para o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e sua defesa da PEC da Segurança. A proposta que estabelece uma maior coordenação das forças da segurança no país está na Câmara, onde aguarda a criação de uma comissão especial. Com essa

vitória do governo, é provável que o assunto ganhe tração no legislativo, apesar da ressalva da bancada da bala e de governadores de oposição.

A operação realizada ontem também impressiona ao mostrar a extensão adquirida pelo crime organizado no país. Como uma espécie de veneno incutido na corrente sanguínea, o esquema criminoso mantido por facções começa na produção de etanol, a milhares de quilômetros dos grandes centros, e vai até o coração financeiro do país, na Faria Lima.

O país constatou ontem uma preocupante realidade: somente o trabalho conjunto de União, estados e municípios será capaz de fazer frente à extensa, complexa e sofisticada atuação das facções criminosas no Brasil.



Caio Gomez/CEB/DA Press

IA na sua encomenda

O relatório de Impacto Econômico da Google no Brasil 2025 revelou um aumento expressivo do uso de Inteligência Artificial entre os brasileiros, principalmente na esfera pública. A Google Brasil informou ter uma parceria com a Receita Federal e o DataPrev para visualizar as encomendas no aeroporto de Guarulhos, acelerando a análise dos pacotes.

Basta de feminicídio

O ministro da Agricultura se engajou em uma campanha de combate ao feminicídio. Ele está particularmente preocupado com Mato Grosso, estado que, segundo ele, tem a maior taxa desse crime no país. São 2,5 feminicídios para cada grupo de 100 mil mulheres. Fávaro pretende reforçar a parceria com a Associação Lírrios, que já auxiliou 800 mulheres do meio rural a adquirirem autonomia financeira.

Simplex, mas grande

De janeiro a abril de 2025, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) contrataram 546.833 dos trabalhadores no Brasil, o que representa quase 60% de total de novos empregos formais, segundo o Sebrae. E são as MPEs que integram o programa Simples Nacional, que está com a tabela desatualizada. "Não atualizar a tabela do Simples é uma forma disfarçada de aumentar tributos", disse Rodrigo Marinho, diretor-executivo da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado.

Humorista

Vereador em Balneário Camboriú (SC), Jair Renan Bolsonaro levou uma bordoadada do presidente da casa legislativa local. Após ser chamado de "Xandão de BC" e comparado a Hugo Motta, o vereador Marcos Kutz (Podemos) subiu à tribuna e deu o troco: "Já que o senhor gosta tanto de fazer comparações, vou lhe comparar também. Eu acho que o senhor é parecido com o Tiririca".

Imagens criadas por IA

www.cl.df.gov.br

Os animais que sofrem maus-tratos não conseguem fazer uma denúncia anônima, mas você pode.

LIGUE 197 E DENUNCIE.

A CLDF também trabalha pelo bem-estar dos animais. Por isso, aprovou leis especiais para proteção dos pets, além de apoiar os projetos para vacinação e castração de cães e gatos e incentivar a adoção responsável.

• **Lei Distrital 7535/2024**
Reconhece os animais como seres passíveis de dor e sofrimento.

• **Lei Distrital 7543/2024**
Instituição do Programa Guardião Responsável.



CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL